

Estratégias de ensino para alunos com transtornos do espectro do autismo na educação básica

Teaching strategies for students with autism spectrum disorders in basic education

Estrategias de enseñanza para estudiantes con trastornos del espectro autista em educación básica

Bruna Gonçalves Martins Barbosa¹
Niltonm Vieira Junior²

Resumo: O número de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) está cada vez mais significativo e as metodologias de ensino voltadas para esse público se fazem essenciais para a inclusão desses indivíduos nas escolas. As adaptações curriculares e as estratégias de ensino asseguram esse direito aos alunos portadores do TEA. Muitas estratégias podem ser utilizadas e nesse estudo buscou-se avaliar três delas sob a perspectiva de professores da educação básica. Os métodos de ensino foram avaliados através de um questionário aplicado aos professores do ensino regular. Os resultados indicaram que os professores possuem conhecimento a respeito das estratégias que estão disponíveis para a utilização com alunos portadores de TEA, mas ainda sentem necessidade de se aprimorarem para sua adequada utilização. A maioria acredita que as escolas não estão preparadas para receber esses alunos em termos de estrutura, acessibilidade e materiais didáticos específicos. Pode-se concluir que mesmo com as políticas de incentivo à inclusão, ainda existem limitações tanto dos profissionais como da infraestrutura das escolas, de modo que, programas de capacitação e outras políticas públicas devam ser ampliadas para esse atendimento.

Palavras-chave: Aprendizagem. Autismo. Educação inclusiva.

Abstract: *The number of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) is increasing and the teaching methodologies aimed at this public are essential for the completion of the process of inclusion of these individuals in schools. Curriculum adaptations and teaching strategies ensure this right for students with ASD. Many strategies can be used and this study sought to evaluate three of them from the perspective of teachers of basic education. Teaching methods were assessed through a questionnaire applied to regular school teachers. Participants' responses indicated that teachers have knowledge about the strategies that are available for use with ASD students, but still feel the need to improve on this topic. Most believe that schools are not prepared to receive these students in terms of structure, accessibility and specific teaching materials. It can be concluded that even with the inclusion incentive policies; there are still limitations of the professionals involved in the education of these students, as well as in the infrastructure of the schools, so that training programs should be created to assist these professionals.*

Keywords: *Autism. Inclusive education. Learning.*

1 Bacharel em Nutrição, Pós-graduanda em Docência- Ênfase na Educação Básica, pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG/Campus Arcos).

2 Doutor em Engenharia, Professor no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG/Campus Arcos).

Resumen: El número de niños diagnosticados con trastorno del espectro autista (TEA) está aumentando y las metodologías de enseñanza dirigidas a este público son esenciales para completar el proceso de inclusión de estas personas en las escuelas. Las adaptaciones curriculares y las estrategias de enseñanza garantizan este derecho para los estudiantes con TEA. Se pueden utilizar muchas estrategias y este estudio buscó evaluar tres de ellas desde la perspectiva de los maestros de educación básica. Los métodos de enseñanza se evaluaron mediante un cuestionario aplicado a los maestros de escuela regular. Las respuestas de los participantes indicaron que los maestros tienen conocimiento sobre las estrategias disponibles para usar con los estudiantes con TEA, pero aún sienten la necesidad de mejorar este tema. La mayoría cree que las escuelas no están preparadas para recibir a estos estudiantes en términos de estructura, accesibilidad y materiales didácticos específicos. Se puede concluir que incluso con las políticas de incentivos de inclusión, todavía hay limitaciones de los profesionales involucrados en la educación de estos estudiantes, así como en la infraestructura de las escuelas, por lo que se deben crear programas de capacitación para ayudar a estos profesionales.

Palabras clave: Aprendizaje. Autismo. Educación inclusiva.

INTRODUÇÃO

O termo autismo começou a ser utilizado em 1943, através das observações do psiquiatra Leo Kanner em relações a algumas crianças que apresentavam particularidades em seu desenvolvimento da fala, relação com pessoas e objetos e comunicação e interação social distintas das outras crianças. O termo técnico, porém, passou a ser representado nos últimos anos por Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) (BRITO, 2017; ANDRADE, 2018).

O TEA é um transtorno do desenvolvimento neurológico caracterizado por déficits de comunicação e interação social e, comportamentos motores, verbais e sensoriais estereotipados e incomuns. Tem origem nos primeiros anos de vida, mas, sua trajetória inicial, assim como sua gravidade não é uniforme e, pode variar de acordo com as características de cada indivíduo (NAZARI et al., 2017; ARAÚJO et al., 2019).

O diagnóstico de crianças com TEA é essencialmente clínico e é realizado através do uso de escalas e instrumentos de triagem padronizados. Atualmente, não há mais subcategorias como Transtorno de Asperger ou Transtorno Autista e todos os casos são tratados como Transtorno do Espectro do Autismo, exceto o Transtorno de Rett e o Transtorno Desintegrativo da Infância. Essa

descrição está representada no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais de 2013 (DSM V) (ARAÚJO, 2014; BRASIL, 2014; BRITO, 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que há 70 milhões de pessoas com autismo em todo o mundo, sendo 2 milhões somente no Brasil. Estima-se que uma em cada 88 crianças apresenta traços de autismo, com prevalência cinco vezes maior em meninos (BRASIL, 2019).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), surge a necessidade, no País, de se realizar adaptações curriculares com o conceito de estratégias e critérios da atuação de docentes. Considerando sempre o processo de ensino-aprendizagem, a adequação do currículo e das práticas educacionais às particularidades dos alunos com necessidades especiais (CLÉTO, 2019).

De acordo com o §2º, do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência. Os sistemas de ensino devem receber os alunos com transtorno do espectro autista nas classes de ensino regular, assegurar

o acesso à escolarização, oferecer o atendimento educacional especializado complementar e o professor de apoio, sempre que for comprovada sua necessidade. Dessa forma, a formação dos profissionais da educação deverá proporcionar que estes estejam preparados para essa nova realidade de prática educacional que permita o desenvolvimento cognitivo desses estudantes (BRASIL, 2013).

Decorrente do aumento do número de casos de crianças diagnosticadas com o transtorno, vários estudos sobre intervenções têm sido relatados na literatura. No entanto, na prática escolar nem sempre se nota ainda a aplicação direta de tais recomendações. Embora, em muitos casos, exista um professor de apoio, há uma constante necessidade de mais estudos e de políticas de formação continuada que preparem estes professores para atuação nesse contexto (ANDERSON et al., 2018).

Atualmente, destacam-se, no contexto da prática educacional, alguns métodos utilizados para crianças com TEA, sugeridos na literatura, com eficácia demonstrada por estudos científicos. No entanto, saber quais são esses instrumentos, como utilizá-los e torná-los eficazes na prática, ainda é algo a ser alcançado pelos professores no dia-a-dia escolar (NAZARI et al., 2017). Dentre os existentes, este trabalho avaliou os métodos: Análise do Comportamento Aplicada (ABA); Sistema de comunicação através da troca de figuras (PECS); Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação (TEACCH).

1.1 MÉTODO ABA

Esta intervenção caracteriza uma forma de abordagem individualizada e muito eficaz que relaciona análise, explicação, associação entre ambiente, comportamento humano e aprendizado. Geralmente o método ABA acontece entre aluno e professor através do uso de consequências reforçadoras ou positivas de uma habilidade realizada após o ensino da mesma (BARROS; BORBA, 2018).

1.2 MÉTODO PECS

É um sistema composto por figuras e/ou fotografias selecionadas de acordo com cada indivíduo que ao mesmo tempo em que expõe a fala em figuras, estimula a expressão de necessidades e desejos, incentivando o comportamento comunicativo interpessoal (FERREIRA et al., 2017).

1.3 MÉTODO TEACCH

É uma abordagem fundamentada em pressupostos da teoria comportamental e psicolinguística. Através de uma análise do indivíduo monta-se um programa individualizado. Baseia-se na adaptação do ambiente e na organização de tarefas para que o aluno se familiarize com suas atividades diárias e aos poucos possam ser incluídas outras atividades, possibilitando a independência do aluno (FERREIRA, 2016).

O objetivo do estudo foi avaliar quais estratégias de ensino para alunos com Transtornos do Espectro do Autismo são utilizadas na Educação Básica, o nível de conhecimento dos professores sobre essas práticas e sua opinião sobre a eficácia dessas metodologias. Espera-se com esses resultados conscientizar e estimular a comunidade escolar e gestores da necessidade de aprimoramento dos profissionais envolvidos diretamente no processo de ensino de alunos portadores de TEA.

2 METODOLOGIA

Para avaliar se os professores conhecem os métodos de ensino sugeridos na literatura especializada, se consideram que esses métodos são eficazes na prática e quais as estratégias, atualmente, adotadas nas escolas foi aplicado um questionário impresso entregue pessoalmente a professores da Educação Básica. A amostra de conveniência foi composta por professores de escolas municipais e estaduais do Município de

Guaxupé-MG. De um total de 60 questionários enviados, 33 retornaram respondidos.

Foram elaboradas 12 perguntas de múltipla escolha e 3 perguntas discursivas que possibilitavam o confronto, confirmação ou refutação de informações coletadas. As perguntas foram divididas em dois blocos, sendo o primeiro composto por questões de identificação de grupos de indivíduos, caracterizando a amostra (Idade; Tempo de atuação na área; Nível de formação acadêmica) e, o segundo bloco composto por questões que elucidavam o objetivo da pesquisa, como o conhecimento dos professores em relação ao assunto (Conhecimento sobre o Transtorno do Espectro do Autismo; Experiência com alunos com TEA;), e as estratégias de ensino existentes, bem como, sua eficácia dentro das salas de aula (Métodos ABA, TEACCH, PECS; Existência de professor de apoio nas salas; Preparo das escolas para receber esses alunos e efetividade, na prática, dessas estratégias).

Os participantes receberam juntamente com o questionário um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual eram esclarecidos a respeito da pesquisa,

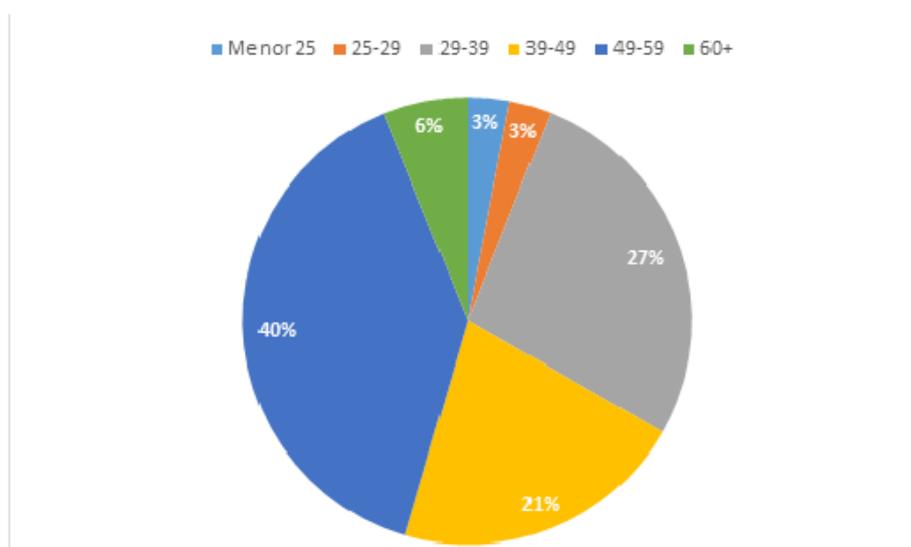
seus objetivos e justificativas. Além disso, o TCLE continha as informações dos autores para contato ou qualquer dúvida que os entrevistados pudessem apresentar.

Um estudo piloto com 5 profissionais foi realizado previamente para adequação de cada pergunta aos objetivos pretendidos. Os profissionais responderam às perguntas atentando-se às dúvidas que poderiam ser geradas para que as adaptações fossem feitas, evitando-se problemas durante a aplicação dos questionários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

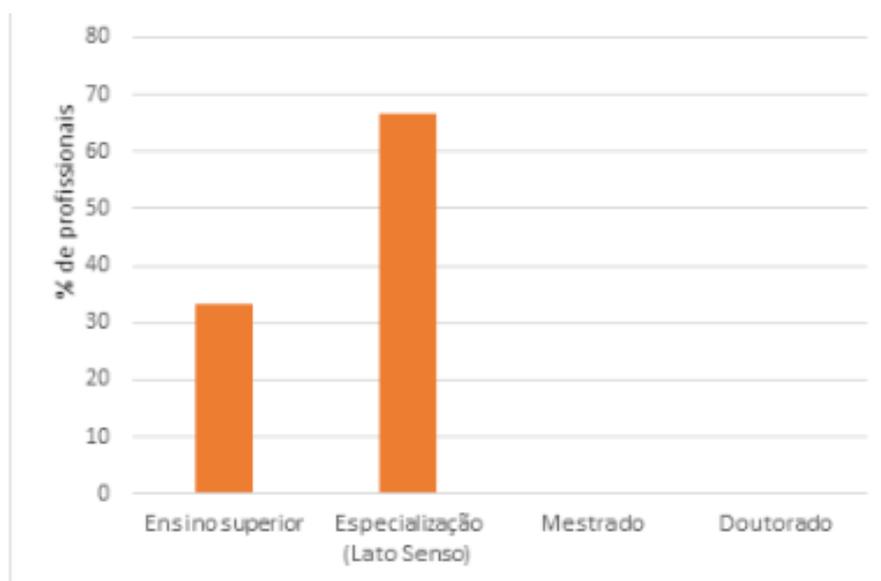
Em relação a população que compôs a amostra, notou-se que a maior parte era de profissionais com idade entre de 49 a 59 anos (Gráfico 1). Dentre os educadores, 66,7% apresentam Especialização (Lato Sensu), seguidos por 33,3% que apresentam apenas o Ensino Superior (Gráfico 2). Nenhum dos entrevistados possuía pós-graduação stricto sensu. Dos respondentes, 36,4%, a maioria atua como educador há mais de 20 anos (Gráfico 3).

Gráfico 1 - Distribuição dos profissionais de acordo com a idade



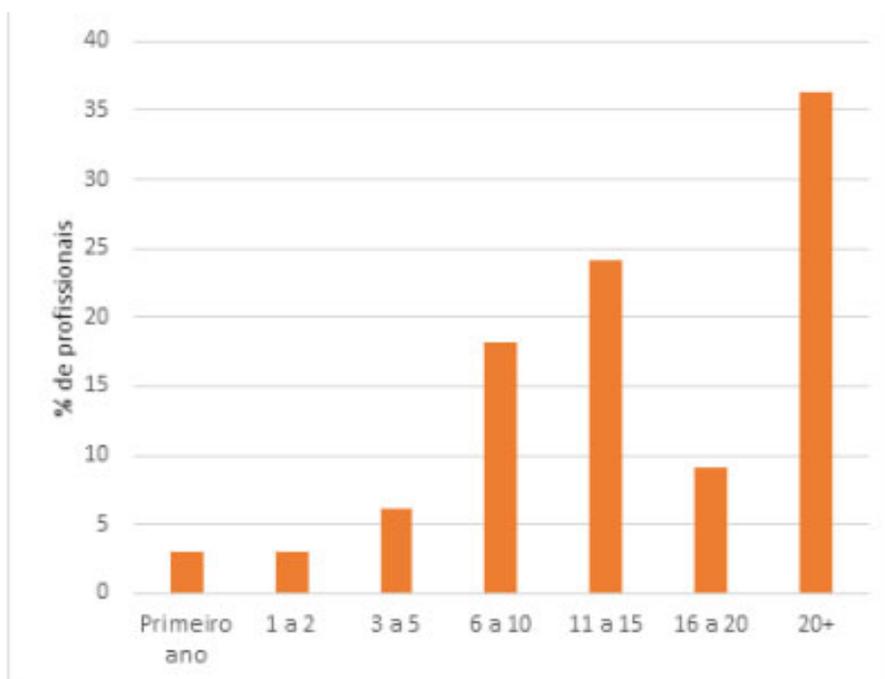
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Gráfico 2 - Distribuição dos profissionais de acordo com a formação acadêmica



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Gráfico 3 - Distribuição dos profissionais de acordo com o tempo de atuação



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quando perguntados sobre o motivo desta alegação (as escolas não estarem preparadas para o processo de inclusão) as principais respostas foram:

a. Necessidade de mais cursos de capacitação para professores do ensino

regular; Formação continuada de professores;

b. Salas com menor número de alunos;

c. Falta de estrutura, acessibilidade, materiais específicos;

d. Maior aceitação e preparo da equipe de gestão escolar.

Quanto ao conhecimento de outras estratégias, além dos métodos científicos aqui destacados, a maioria que respondeu positivamente, apenas citou o “maior envolvimento com os alunos e família, o planejamento das atividades, uso de materiais didáticos específicos, como jogos, figuras, objetos que permitam o trabalho lúdico com os alunos”. Não houve relato de uma metodologia específica, com embasamento teórico-científico. Sendo assim, não podem ser classificadas como estratégias de ensino que se enquadrem no estudo.

No estudo realizado por Fink (2018), em uma escola da rede pública do município de Lajeado/RS/BR, também foi apontada a necessidade de que os profissionais repensem constantemente suas práticas, buscando sempre o aprimoramento de seus conhecimentos, em consonância com o

desenvolvimento da ciência, e que também haja uma maior interação entre os educadores na busca de soluções para os desafios do processo de inclusão. As escolas, assim como seu corpo docente, devem andar sempre em harmonia para que os processos idealizados se tornem reais e eficazes.

Os depoimentos do presente estudo mostraram que a maior parte dos respondentes tem conhecimento, mesmo que superficial, sobre o que caracteriza o Transtorno do Espectro do Autismo e sobre as estratégias disponíveis para uso em sala de aula (Tabela 1).

Quase 80% dos educadores acreditam que esses métodos funcionam na prática, no entanto, 84,85% opinaram que as escolas não estão preparadas para receberem os alunos com TEA, tanto em relação aos instrumentos específicos necessários para o uso com esses alunos, quanto em relação à infraestrutura disponibilizada dentro das salas de aula 1).

Tabela 1- Questões e respostas de professores da Educação Básica (Tabela)

Questões	Respostas	(%)
Conhecimento sobre TEA	Sim	87,88
	Não	12,12
Experiência com aluno com TEA	Sim	63,64
	Não	36,36
Professor de apoio nas salas	Sim	69,70
	Não	30,30
Conhecimento sobre o método ABA	Sim	63,64
	Não	36,36
Conhecimento sobre o método TEACCH	Sim	63,64
	Não	36,36
Conhecimento sobre o método PECS	Sim	57,58
	Não	42,42
Conhecimento sobre outras estratégias	Sim	18,18
	Não	81,82
Eficácia das metodologias na sala	Sim	75,76
	Não	24,24
Escolas estão preparadas para esses alunos	Sim	15,15
	Não	84,85

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Costa (2015) traz, em seu trabalho, o conceito de inclusão vinculado ao processo educacional, ou seja, é preciso que educadores conheçam as estratégias de ensino para os alunos com TEA mas, também sejam capazes de envolvê-los nas atividades juntamente com o restante da sala. A participação de todos é essencial para o sucesso do processo de inclusão desses alunos.

Por fim, de acordo com a pesquisa bibliográfica realizada por Teodoro et al. (2016), a prática educativa e o processo de inclusão possuem inúmeros e significativos avanços, no entanto, os desafios ainda existem e, é indispensável a busca de soluções diante do cenário atual e do crescente número de alunos diagnosticados com o transtorno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar não é uma tarefa simples e traz muitas implicações que dificultam que estratégias planejadas teoricamente sejam de fato e, em sua totalidade, exercidas na prática. Dessa forma, esse trabalho teve a finalidade de elucidar questões atuais sobre inclusão e quais alternativas podem ser propostas para que os métodos de ensino mais utilizados para alunos com TEA consigam alcançar a todos, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem aconteça da melhor forma possível.

Nesse contexto, torna-se essencial a educação continuada de professores para que estes se sintam mais capacitados para atuar com esses alunos, para que saibam como auxiliar os professores de apoio e, ao mesmo tempo, lidar com tal situação quando estes não estiverem presentes. Além disso, este trabalho demonstrou a necessidade de que as escolas estejam sempre em busca de melhorias, estando preparadas para receber os estudantes com TEA. Quando as escolas conseguirem enfrentar os desafios da inclusão, os

benefícios serão inúmeros tanto para a Educação Básica quanto para os demais níveis de ensino, cujo sucesso dela também dependem (FÁVERO, 2004).

REFERÊNCIAS

Anderson CM, Smith T, Wilczynski SM. **Advances in School-Based Interventions for Students With Autism Spectrum Disorder: Introduction to the Special Issue.** Behav Modif. 2018 Jan;42(1):3-8.

Andrade N. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA).** Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

Araújo, A. C.; Neto, F. L.; A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.** ISSN 1982-3541 2014, Vol. XVI, no. 1, 67 – 82.

BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. **Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012.** 21 de março de 2013.

BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA).** Ministério da Saúde. Brasília, 2014.

BRASIL. Secretaria de Saúde. **Autismo.** Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 03 set.

Brito, M.C. **Estratégias práticas de intervenção nos transtornos do espectro do autismo.** E-book: Saber Autismo, 2017.

Cléto, A. L. Adaptações e adequações curriculares com significações. **Revista Autismo.** Edição nº 04., 11 mar. 2019.

Costa, I. C. Aprendizado coletivo: **Uma estratégia para a inclusão de um aluno autista**. Brasília, 2015.

Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de orientação. **Transtorno do Espectro do Autismo**. Nº 05, Abr. 2019.

Fávero, E.; PANTOJA, L.; MANTOAN, M. T. O **Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

Fink, I.C. **Autismo e Educação: Possibilidades e estratégias de inclusão**. Lajeado, 2018.

Ferreira, P.P.T. **A Inclusão da Estrutura TEACCH na Educação Básica**. Frutal-MG: Prospectiva. 2016.

Ferreira, C. et al. **Seleção de vocábulos para implementação do Picture Exchange Communication System – PECS em autistas não verbais**. *CoDAS, São Paulo, v. 29, n. 1, 2017*. Disponível em <[Nazari, A. C. G., Nazari, J., Gomes, M. **A. Transtorno do espectro autista: discutindo o seu conceito e métodos de abordagem para o trabalho**. Disponível em: \[http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/transtorno_do_espectro_autista_discutindo_o_seu_conceito_e_metodos_de_abordagem_para_o_trabalho.pdf\]\(http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/transtorno_do_espectro_autista_discutindo_o_seu_conceito_e_metodos_de_abordagem_para_o_trabalho.pdf\). Acesso em: 03 set. 2019.](http://www.scielo.br/scielo.php?Mello, A. M. S. Ros. Autismo : guia prático. 4. São Paulo : AMA ; Brasília : CORDE, 2004. 104 p.></p></div><div data-bbox=)

Teodoro, G.C.; Godinho, M.C.S.; Hachimine, A.H.F. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental**. *Research, Society and Development*, v. 1, n. 2, p. 127-143, ago. 2016.

Recebido em 20 de setembro de 2019

Aceito em 29 de janeiro de 2020